

## A introdução das idéias de Adam Smith no Brasil

Elysio de Oliveira Belchior \*

A marcha da revolução industrial, intensificada na Inglaterra no último quartel do século XVIII, ganhou singular importância para a modernização da sociedade ocidental ao tornar-se incompatível com as restrições remanescentes da política mercantilista, quando não do próprio feudalismo. A expansão econômica dela decorrente necessitava, mais do que podia oferecer, um sistema desfavorável à ação inovadora dos indivíduos, da qual deveria resultar — se minimizada a interferência do governo — a riqueza das nações.

Em meio a tantas mudanças socioeconômicas, publicou-se o livro que neste ano cumpre seu segundo centenário: *Investigações sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*.<sup>1</sup>

Adam Smith, seu autor, trazia consigo longa preparação no estudo e ensino de filosofia moral e de lógica. Marcaram-lhe o espírito o utilita-

\* Economista da Confederação Nacional do Comércio.

<sup>1</sup> Smith, Adam. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. London, Strahan & Cadell, 1776. 2 v.

rismo liberal de Francis Hutcheson, de quem foi discípulo e sucessor em Glasgow, e a concepção de Mandeville, exposta na famosa fábula das abelhas, de que a procura do próprio interesse pelos indivíduos conduzia à satisfação dos interesses de todos. Amigo de David Hume, filósofo e economista, voltou-se para as questões econômicas, antes mesmo de encontrar-se, em Paris, com os fisiocratas e suas doutrinas da ordem natural. Adam Smith teve o talento de reunir e coordenar doutrinas e fatos, analisar, criticar e convertê-los, segundo Schumpeter,<sup>2</sup> em magnífica obra na qual “expressiu o espírito de sua época e deu-lhe nem mais nem menos, aquilo de que ela precisava”. Quando concluiu o trabalho, disse Max Lerner, “escrevera mais do que um livro, em que velhas coisas eram vistas sob outro ângulo: fizera um sumário da nova consciência européia.”<sup>3</sup>

Não é de admirar, portanto, a rápida difusão do livro por toda a Europa, trasladado para outras línguas. De início na Alemanha (1776/1778) — país em que Marwick (1810) considerava, em sentido polêmico, Smith e Napoleão os monarcas mais poderosos da Terra —<sup>4</sup> seguiram-se traduções na França (1779), Dinamarca (1779), Espanha (1772), Itália (1780), Holanda (1796), Rússia (1802) e Polônia (1812). Nos Estados Unidos, a obra foi editada em 1789.

Na América do Sul, as doutrinas liberais de Adam Smith chegaram antes mesmo do término do século XVIII, quando já se avolumavam manifestações contra o regime colonial. Em Buenos Aires, por exemplo, em 1797, Francisco Antonio Escalada, ao debater as normas reguladoras do comércio entre o Vice-Reinado do Prata e as colônias de outros países europeus, invocou a autoridade do “maior dos políticos ingleses . . . em sua obra *A riqueza das nações*, cujo compêndio pelo famoso Condorcet temos traduzido”. Referia-se à tradução espanhola de Carlos Martínez de Irujo, publicada em 1792, da qual tivera conhecimento por Manuel Belgrano, outro estudioso das obras dos economistas de sua época.<sup>5</sup>

As primeiras referências à presença no Brasil, ainda que em círculos restritos, de idéias expostas por Adam Smith em *A riqueza das nações*, associa-se ao nome de Cláudio Manuel da Costa, um dos incondientes de 1789. Deve-se a informação ao Cônego Januário da Cunha Barbosa,<sup>6</sup> que lhe atribuiu o mérito de traduzir para o vernáculo a renomada obra, acres-

■ Schumpeter, Joseph (1954).

■ Lerner, Max (1937) p. viii.

■ List, Friedrich (1944) p. 22.

■ Levene, Ricardo (1926) p. 240 e (1928) p. 281.

■ Barbosa, Januário da Cunha (1829-30).

centando-lhe comentários. Desde então, outros biógrafos do poeta mineiro aceitaram e difundiram este interessante aspecto de sua vivência intelectual. Assim, a outro cônego historiador, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro,<sup>7</sup> “parece que não só à poesia consagrava Cláudio Manuel suas horas de repouso; porquanto afirma o Sr. Dr. J. M. Pereira da Silva que traduzira ele e comentara o *Tratado da origem da riqueza das nações* do célebre economista escocês Adão Smith”. Partindo da mesma fonte, Joaquim Norberto de Sousa e Silva<sup>8</sup> aduz que o inconfidente foi o “primeiro escritor que na língua portuguesa tratou da nova ciência da economia política, comentando o *Tratado da origem das riquezas das nações*, publicado então em Edimburgo pelo célebre escocês Adão Smith”, esclarecendo mais que “o manuscrito foi apreendido com outro inédito seu e teve o sumiço que o fisco real achou conveniente dar-lhe”.

Se a Inconfidência Mineira encontrara motivação no pesado ônus da anunciada derrama, soaria mal aos ouvidos das autoridades reinóis a sentença de Smith, de que a “potência de Espanha e Portugal . . . deriva de alguma forma dos impostos lançados sobre suas colônias”.<sup>9</sup> As idéias de *A riqueza das nações*, antagônicas ao monopólio metropolitano do comércio exterior, não mereciam livre curso no Brasil, se encontradas em meio a papéis de conspiradores contra a Coroa. O *Dicionário de Palgrave*, adianta, aliás, que destino semelhante tivera o próprio livro de Smith na Espanha, suprimido pela Inquisição “por baixeza de estilo e frouxidão moral”.<sup>10</sup>

José Veríssimo, em artigo publicado no diário *O Imparcial* de 5 de abril de 1914 e reimpresso por Alberto Lamego,<sup>11</sup> contestou a incursão de Cláudio Manuel da Costa pelos domínios da economia política. Em 1911, Alberto Lamego descobrira em arquivos portugueses valiosos manuscritos de próprio punho do poeta, redigidos quando pleiteou ingresso na Academia Brasílica dos Renascidos, sociedade literária fundada na Bahia, em 1759. No cumprimento de formalidade prévia, o postulante juntou seu *curriculum vitae*, relacionando todas as obras publicadas ou inéditas, sem mencionar, porém, o trabalho sobre o livro de Smith. Por isso, na *História da literatura brasileira*, reafirma Veríssimo que o poeta “não traduzira, segundo a invenção do mal-informado Cônego Januário Barbosa,

<sup>7</sup> Pinheiro, J. C. Fernandes (1861) p. 368.

<sup>8</sup> Silva, Joaquim N. de Souza e (1873) p. 62.

<sup>9</sup> Smith, Adam (1819) v. 2, p. 413.

<sup>10</sup> Higgs, Henry (1926) v. 2, p. 413.

<sup>11</sup> Lamego, Alberto (1923) p. 106-7.

repetida por quase todos os biógrafos, o *Tratado da riqueza das nações* de Adam Smith, pois que aquelas suas notas biográficas, em que vem uma relação de suas obras, ainda traduções impressas e manuscritas, nada dizem a respeito”.<sup>12</sup>

Surpreende a afirmativa de José Veríssimo, pois o intitulado *Apostamentos para se unir ao catálogo dos acadêmicos da academia brasilica dos renascidos*, datam de 3 de novembro de 1759, isto é, cerca de 17 anos antes da publicação do livro de Smith, a 9 de março de 1776. A despercebida incongruência entre as duas datas anula a crítica do escritor paraense e, até prova em contrário, mantém válida a informação do Cônego Januário da Cunha Barbosa. Na verdade, a perda do manuscrito pioneiro implica em aceitar-se a prova testemunhal de quem o teria visto entre os papéis seqüestrados pela Coroa.

Se na Vila Rica o pensamento de Adam Smith não frutificou, em Salvador conseguiu germinar, lançar raízes e servir de suporte à política econômica implantada no país com a vinda da Família Real, em 1808, protegida pela esquadra britânica.

Alguns anos antes, quando na Escócia já circulava o livro de Smith, feliz acaso reunira na Universidade de Coimbra dois estudantes brasileiros, de posterior renome: Antônio de Moraes e Silva, autor de conhecido dicionário da língua portuguesa, e José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu, primeiro a tratar sistematicamente da economia política no Brasil.

Contemporâneos de bancos universitários, seus destinos seguiram rumos diferentes. Silva Lisboa regressaria à Bahia, diplomado em direito e filosofia, imbuído de idéias dos fisiocratas, disposto a dedicar-se à agricultura, projeto logo abandonado, pois chegara à conclusão de que esta atividade “é mais fácil, é mais bonita de escrever, do que executar”.<sup>13</sup> Moraes e Silva, pelo contrário, viu-se compelido a fugir para a Inglaterra, livrando-se das malhas do Santo Ofício, que o procurava por certa estudantada desrespeitosa. Durante a residência naquele país aperfeiçoou-se no idioma inglês, o que lhe permitiu traduzir, além de uma *História de Portugal*, certo livro de sucesso crescente a cada ano na Europa: *As investigações sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*.

De volta ao Brasil, Moraes e Silva residiu por algum tempo em Pernambuco, até ser nomeado juiz de fora da cidade de Salvador em 1790. Nessa cidade reviu seu antigo colega de Coimbra e, certo dia, em 1796, mos-

<sup>12</sup> Veríssimo, José (1954) p. 112.

<sup>13</sup> Lisboa, José da Silva (1781).

trou-lhe a tradução da obra de Adam Smith, feita em Londres, e que o induziria a continuar seus estudos de economia política. Depois de deixar seu cargo em Salvador, tornou-se senhor de engenho em Muribeca, Pernambuco, de onde escreveu a José da Silva Lisboa dizendo-lhe que no seu mato “aparecera um Smith inglês, um Say, seu bom discípulo e comentador, e Canard e outros da mesma seita, que é desgraça não haja feito maior fortuna entre gente que trata de legislação”.<sup>14</sup>

Aquele encontro foi decisivo para a divulgação das idéias de Smith no Brasil, pois Silva Lisboa as incorporou, em 1798, aos seus *Princípios de direito mercantil e leis de marinha*. Tratando-se de obra dirigida à juventude orientada para o comércio e, obviamente, de caráter jurídico, as passagens em que cita *A riqueza das nações* são incidentais e servem para fundamentar algumas de suas asserções. Refere-se às “teorias do célebre autor de *A riqueza das nações*”<sup>15</sup> e às “judiciosas observações do célebre Adam Smith em sua economia política”.<sup>16</sup> Todavia, já demonstravam posição firme contra o sistema mercantil de Colbert e “outros panegiristas das restrições ao comércio”, que não mais tinha lugar “depois das luzes econômicas que tanto se espalham na obra do grande mestre Smith sobre as riquezas das nações e que exponho no meu Tratado 8, parte 4”.<sup>17</sup> Este último tratado, inserido no plano inicial como fecho de sua monumental obra jurídica,<sup>18</sup> ganhou mais tarde autonomia, ao ser publicado em separado com o título de *Princípios de economia política*, constituindo o único compêndio desta ciência então existente em língua portuguesa. Nele, o autor explicita as razões que o faziam recomendar “a lição da imortal obra *A riqueza das nações* do celebrado Adam Smith” e seguir “as teses cardeais de seu sistema, persuadido de ter sido ele o primeiro que dissipou as escuridades da economia política, levantando a facha de luz para esclarecer as nações e governos sobre os genuínos interesses, que são inseparáveis da humanidade”.<sup>19</sup>

A obra de José da Silva Lisboa, introduzindo e difundindo no país o pensamento teórico e os princípios normativos de Adam Smith, situa-se exatamente na época em que se esboçavam os fundamentos da futura independência do Brasil. Não respondia apenas ao desejo de divulgar

<sup>14</sup> Costa, Francisco Augusto Pereira da (1910) p. 111-5.

<sup>15</sup> Lisboa, José da Silva (1798) p. 79.

<sup>16</sup> Lisboa, José da Silva (1798) p. 221.

<sup>17</sup> Lisboa, José da Silva (1874) p. 236.

<sup>18</sup> Explica-se a reunião da economia ao direito na obra de Cairu visto que ele a considerava uma seção da jurisprudência.

<sup>19</sup> Lisboa, José da Silva (1956) p. 65.

teorias econômicas cientificamente certas. O momento exigia mais: pedia um reformador, capaz de desenvolver trabalho de proselitismo em torno de teses sujeitas à veemente oposição dos que sentiam a tessitura das relações comerciais formada através de séculos, entrar em colapso, ameaçando posições monopólicas.

Eis por que, em seu primeiro livro de economia política nota-se, ao lado da exposição serena de princípios econômicos, a constante exaltação do gênio de Adam Smith, sintetizada, por exemplo, nas palavras que lhe dedica quase ao finalizar o livro de 1804: “O público pois, ajuizará se levo a parcialidade em demasia ou mereço indulgência por considerar o sábio inglês como o homem que faltava à terra, para pôr ordem aos negócios da sociedade e dar aos impérios sua firmeza e esplendor”.<sup>20</sup> A última frase do livro é uma citação de Tácito sobre a vida de Agrícola, “o primeiro civilizador da Inglaterra”, transferida para Smith: a homenagem a ser prestada não se cingia à admiração, à louvação, mas também à imitação.

Nos livros de natureza mais didática que vieram em seguimento aos *Princípios de economia política*, posto que mantida a admiração irrestrita a Smith, considera que “entre suas muitas excelências, se acham imperfeições e erros, e até notáveis incoerências, difíceis de se conciliarem, e que deixara ainda muito por descobrir em tão incógnitas e profundas minas ainda não bem trabalhadas pela mão da ciência”.<sup>21</sup> Entre as lacunas notadas, Cairu, nos *Estudos do bem comum* entendia como a mais importante um problema formulado mas não solucionado por Smith: “se para a riqueza e progresso das nações mais contribuem, e em que porções, a quantidade do trabalho ou a quantidade da inteligência na animação e direção da geral indústria”.<sup>22</sup> O destaque dado ao papel da inteligência na promoção da prosperidade das nações — hoje diríamos, em seu desenvolvimento — é constante em toda a obra econômica de José da Silva Lisboa. Para críticos seus, revelaria apenas preocupação por uma educação livresca, muito ao gosto da época.<sup>23</sup> Mas o que desejava o divulgador de Smith, era a aplicação da inteligência nas artes e nas ciências, ressaltando-lhe o sentido eminentemente técnico. De todas as lições sugeridas por Smith, Cairu entendia ser a maior delas, endereçada até aos soberanos, a de que

<sup>20</sup> Lisboa, José da Silva (1956) p. 301.

<sup>21</sup> Lisboa, José da Silva (1819).

<sup>22</sup> Lisboa, José da Silva (1819).

<sup>23</sup> Holanda, Sérgio Buarque de (17.3./1946).

para a riqueza das nações, além da liberdade da indústria e do comércio importava ter em conta que aos capitais fixos e circulantes, sobrelevava o mais significativo de todos: “as acumuladas habilidades dos habitantes do país”.<sup>24</sup> Frisava, há 172 anos, a validade das indagações modernas em torno do verdadeiro papel da educação no processo de desenvolvimento econômico e das alternativas de investimentos entre capital físico e capital humano.

No ambiente cultural de Salvador, pelo início do século XVIII, percebe-se que o pensamento de Smith não se cingira a José da Silva Lisboa. Na verdade ganhara novos adeptos, integrando-se à corrente liberal do pensamento da elite soteropolitana, na antevéspera de o país partir pelos caminhos da Independência. Talvez mesmo tivesse marcado sua influência além da parte mais intelectualizada da cidade, atingindo outras camadas da população. Não pregaram os humildes alfaiates e soldados da Conjuração de 1798, em boletins sediciosos, a abertura dos portos aos estrangeiros, em particular à nação francesa? Nítida simbiose entre a influência dos princípios da revolução econômica inglesa e da revolução político-social de França.

Várias fontes nos indicam nomes de outros estudiosos baianos, adeptos das idéias de Smith.

A um deles refere-se Thomas Lindley, inglês, misto de aventureiro e comerciante, mas também contrabandista por infringir a clausura dos portos do Brasil aos navios estrangeiros. Preso na Vila de Porto Seguro e conduzido a Salvador, permaneceu na cidade cerca de um ano (1802/1803). Vivendo o cotidiano local, colheu e registrou em seu diário um sem-número de impressões, entre as quais a que lhe deixara o Padre Francisco Agostinho Gomes. Durante visita a sua casa, despertou-lhe curiosidade a biblioteca, dotada de muitas obras em francês e inglês — as últimas, em sua maior parte, de economia política, viagens, filosofia e história natural. E na conversa — diz Lindley — elogiou muito a “*America*, de Robertson, e a *Wealth of nations*, de Adam Smith”, lamentando “como os seus sistemas eram pouco observados no Brasil”.<sup>25</sup>

Confirmam ainda a difusão de Adam Smith em Salvador respostas dadas ao inquérito procedido pela Câmara Municipal, em maio de 1807, para atender a indagações do Governador Conde da Ponte, “sobre vários

<sup>24</sup> Lisboa, José da Silva (1956) p. 166.

<sup>25</sup> Lindley, Thomas (1969) p. 71.

e importantes objetos relativos aos interesses presentes e futuros da Capitania". Entre elas, destacam-se as de João Rodrigues de Brito e Manuel Ferreira Câmara, que várias vezes aduzem em abono de suas opiniões a autoridade de Smith e dos economistas "smithistas". O futuro Intendente Câmara questionava em seu pronunciamento o ponto de vista que a intervenção estatal tudo resolveria: "Quando nos capacitaremos nós de uma verdade, que devemos às meditações de Smith, e é, que uma das principais causas da fome tem sempre sido o mesmo cuidado que se tem tomado para a afungentar?"<sup>26</sup> Ressalte-se que Brito cita *A riqueza das nações* na edição francesa de 1800, com as notas apostas por Germain Garnier. O que significa já existir possibilidades de maior acesso ao pensamento liberal britânico em duas línguas, e não apenas na original.

Exemplo da penetração de Smith no Brasil — ainda que duas décadas mais tarde — reflete-se na surpresa do Reverendo Robert Walsh quando de visita à Câmara da Cidade de São João del Rei, em 1828. Nela encontrou, dirigida por certo "mulatto padre", uma biblioteca de 1.000 volumes, quando muito, entre os quais, destaca Walsh o "*Smith's Wealth of nations*".<sup>27</sup> Muito embora apenas três sócios da livraria entendessem o idioma inglês, o pensamento dos autores de seu acervo encontrava maior divulgação através de um "gabinete de estudos", que tinha entre suas atribuições, imprimir resumos das principais publicações estrangeiras, "para instrução do povo". Muitos brasileiros certamente conheceram um longínquo economista escocês graças aos trabalhos desta esquecida sociedade científica mineira.

Em 1811-12 concluiu-se o ciclo da introdução das idéias de Adam Smith no Brasil, com a publicação do "*Compêndio da obra da riqueza das nações*, de Adam Smith, traduzida do original inglês por Bento da Silva Lisboa, Oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra". O tradutor, aliás, era filho de José da Silva Lisboa.

O pensamento de Smith contra o monopólio colonial, sustentado por Silva Lisboa, encontrou ampla acolhida e aplicação oficial desde a abertura dos portos do Brasil às nações amigas, em 1808. Em 1821, quando, em consequência da Revolução do Porto, de 1820, o retorno do Brasil ao *status* anterior ao de Reino Unido passou a ser cogitado em Lisboa, o 7 de setembro de 1822 ficou à vista.

<sup>26</sup> Britto, João Rodrigues de. p. 161.

<sup>27</sup> Walsh, Robert (1830) p. 141-2.



## Bibliografia

Barbosa, Januário da Cunha. *Parnaso brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1829-30. 2 v.

Britto, João Rodrigues de. *A economia brasileira no alvorecer do século XIX*. Salvador, Progresso, s.d.

Costa, Francisco Augusto Pereira da. *Notícia biográfica do dr. Antônio de Moraes e Silva*. Recife, J. Agostinho Bezerra, 1910.

Higgs, Henry. *Palgrave's dictionary of political economy*. London, Macmillan, 1926. 3 v.

Holanda, Sérgio Buarque de. Inatualidade de Cairu. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 mar. 1946.

Lamego, Alberto. *A academia brasílica dos renascidos*. Paris, Gaudio, 1923.

Lerner, Max. *Introduction to "The wealth of nations"*. New York, Modern Library, 1937.

Levene, Ricardo. *Ensayo histórico sobre la revolución de mayo y Mariano Moreno*. Buenos Aires, Fac. Derecho y Ciencias Sociales, 1926. 2 v.

----- . *Investigaciones acerca de la historia económica del virreinato de la Plata*. Univ. de La Plata, 1928. 2 v.

Lindley, Thomas. *Narrativa de uma viagem ao Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1969.

Lisboa, José da Silva. Carta a Domingos Vandelli (1781). In: *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar*. Rio de Janeiro, Anais da Biblioteca Nacional, n. 32, doc. 10907, 1914.

----- . *Estudos do bem comum e economia política*. Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1819.

----- . *Princípios de direito mercantil e leis de marinha*. Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1798.

----- . *Princípios de direito mercantil e leis de marinha*. 6. ed. Rio de Janeiro, Tipografia Acadêmica, 1874.

----- . *Princípios de economia política*. 2. ed. Rio de Janeiro, Pongetti, 1956.

List, Friedrich. *Sistema nacional de economia política*. Madrid, M. Aguilar, 1944.

Pinheiro, J. C. Fernandes. Brasileiros célebres: Cláudio Manuel da Costa. *Rev. Popular*, Rio de Janeiro, ano 3, t. 12, 1861.

Schumpeter, Joseph. *Economic doctrine and method*. London, George Allen & Unwin, 1954.

Silva, Joaquim Norberto de Souza e. *História da conjuração mineira*. Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1873.

Smith, Adam. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. London, William Allanson, 1819. 3 v.

Veríssimo, José. *História da literatura brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1954.

Walsh, Robert. *Notices of Brazil*. London, Frederick Westley & A. H. Davis, 1830.